

Privatização de 5 hospitais públicos

7 Março, 2025



Conselho de Ministros decide pela privatização de 5 hospitais e todos os centros de saúde da sua área de abrangência, um objetivo dos grupos económicos da saúde desde 1999.

Esta decisão demonstra bem o quanto este governo está ao serviço do setor privado e dos grandes grupos económicos da área da saúde.

Depois de ontem terem sido revelados os valores do subfinanciamento do SNS que o governo não quer resolver, mas que estrangula o funcionamento dos hospitais e centros de saúde, que impede a contratação de profissionais de acordo com as necessidades, que impede a aquisição de equipamentos, etc., o governo avança para a privatização do setor.

São vergonhosas as justificações que o Ministério da Saúde utiliza para voltar a entregar as anteriores PPP de Braga, Loures e Vila Franca de Xira: “o funcionamento degradou-se quando passaram para a esfera, exclusivamente, pública” e, relativamente ao Amadora-Sintra e Garcia de Orta por “supostas falhas graves no funcionamento dos serviços”.

A degradação e as supostas falhas no funcionamento dos serviços só existem pelas razões acima apontadas e que este governo e o Ministério da Saúde não querem resolver para, tentarem, que seja mais compreensível para

os Portugueses a opção política da privatização.

Depois de ter decidido as Unidades de Saúde Familiar modelo C, unidades que deveriam estar vocacionadas para a promoção da saúde e prevenção da doença e que mais não serão que unidades para o tratamento da doença e local de prescrição de mais medicamentos e exames complementares de diagnóstico, são agora os hospitais e todos os centros de saúde por eles abrangidos que promoverá maior margem de lucro para os potenciais futuros parceiros privados.

Este governo e os partidos políticos que o sustentam sempre foram contra o Serviço Nacional de Saúde e, esse ódio está agora materializado nas decisões que já tomaram e naquelas que não tomaram.

Garantidamente terão os profissionais de saúde e os portugueses a lutar contra estas medidas.

Nota enviada aos media a 7 de março de 2025